



# BMEP

---

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 4 | Abril 2010



**Gabinete de Estratégia e Estudos**  
Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento

**GPEAR I**  
Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação,  
e Relações Internacionais

Ministério das Finanças e da Administração Pública

## Ficha Técnica

---

**Título:** Boletim Mensal de Economia Portuguesa

**Data:** Abril de 2010

Elaborado com informação disponível até ao dia 22 de Abril.

### Editores

#### **Gabinete de Estratégia e Estudos**

Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento

Avenida da República, 79

1050-243 Lisboa

Telefone: +351 21 7998158

Fax: +351 21 7998154

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: [gee@gee.min-economia.pt](mailto:gee@gee.min-economia.pt)

#### **Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Av<sup>a</sup> Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º.

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823396

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.min-financas.pt>

E-Mail: [bmep@gpeari.min-financas.pt](mailto:bmep@gpeari.min-financas.pt)

**ISSN: 1646-9062**

## Procedimento dos Défices Excessivos – 1ª Notificação de 2010

No dia 22 de Abril de 2010, o Eurostat divulgou os resultados da primeira notificação de 2010, no âmbito do Procedimento dos Défices Excessivos para os países da União Europeia, em consonância, para o caso de Portugal, com os já anteriormente divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, a 29 de Março de 2010.

O Quadro 1 apresenta os principais indicadores orçamentais para Portugal. O défice e a dívida pública situaram-se, em 2009, em, 9,4% e 76,8% do PIB, respectivamente.

**Quadro 1: Contas das Administrações Públicas**  
(% do PIB)

	2006	2007	2008	2009
<b>Receita Total</b>	42,3	43,2	43,2	41,6
Receita Corrente	41,2	42,3	42,3	40,7
Receita Fiscal	24,2	24,8	24,5	22,2
Receita Contributiva	12,5	12,7	12,9	13,7
Outras receitas correntes	4,5	4,8	4,8	4,8
Receita de Capital	1,1	0,9	0,9	0,9
<b>Despesa Total</b>	46,3	45,7	46,1	51,0
Despesa Corrente	42,9	42,3	43,2	47,0
Despesas com pessoal	13,6	12,9	12,9	13,7
Prestações Sociais que não em espécie	15,1	15,2	15,6	17,2
Juros	2,7	2,8	2,9	2,8
Outras despesas correntes	11,4	11,4	11,8	13,2
Despesa de Capital	3,4	3,5	2,8	4,0
<b>Saldo Global</b>	-3,9	-2,6	-2,8	-9,4
<b>Saldo Primário</b>	-1,2	0,2	0,1	-6,6
<i>Em memória:</i>				
Despesa Total Primária	43,5	42,9	43,2	48,1
Despesa Corrente Primária	40,1	39,4	40,3	44,2
<b>Dívida Pública</b>	64,7	63,6	66,3	76,8

Fonte: INE, Março de 2010.

Analisando a evolução da conta das Administrações Públicas (Quadro 1), até 2007, constatam-se diminuições da despesa corrente primária, demonstrando o esforço de consolidação orçamental. Contudo, em 2008 e 2009, a despesa corrente primária aumentou 0,9 p.p. e 3,8 p.p., respectivamente, reflectindo, em particular, o aumento da despesa em prestações sociais que não em espécie (como, por exemplo, o subsídio de desemprego) e das despesas com pessoal no ano de 2009. Até 2008 a componente que mais contribuiu para o controlo da despesa foi a despesa com pessoal, apresentando uma trajectória decrescente nesse período.

No que concerne à receita, os aumentos na receita fiscal e contributiva até 2007 prenderam-se não só com o contributo positivo dado pela evolução da economia mas também com o melhoramento da eficiência e eficácia nos sistemas de cobrança, permitindo superar os resultados inicialmente previstos. O efeito da recessão bem como das medidas discricionárias entretanto tomadas conduziram a quebras na receita fiscal de 0,3 p.p. e de 2,3 p.p do PIB, em 2008 e 2009, respectivamente.

A consolidação orçamental possibilitou alcançar em 2007, um ano antes do previsto pelo Governo, um défice orçamental inferior ao valor de referência de 3% do PIB.

No contexto da União Europeia, na generalidade dos estados membros, o abrandamento da actividade económica e as medidas implementadas para estabilizarem o sistema financeiro, originaram um agravamento nos saldos orçamentais e da dívida pública em 2008 e 2009. Assim, o défice orçamental da União Europeia aumentou de 0,8% do PIB, em 2007, para 6,8%, em 2009 (Quadro 2) e na área do euro, observou-se um aumento do défice de 0,6% para 6,3% do PIB. Com excepção de Malta e da Estónia, todos os restantes países, que constituem a UE, apresentaram agravamentos nos respectivos saldos orçamentais em 2009. De acordo com o Quadro 2, e contrariamente ao observado nos anos anteriores, nenhum dos 27 países apresenta um excedente orçamental, sendo na Irlanda, Chipre, Reino Unido, Finlândia, Dinamarca, Países Baixos e Grécia onde se verificam os agravamentos mais significativos.

**Quadro 2: Saldo Orçamental e Dívida Pública na União Europeia**  
(% do PIB)

	Saldo Orçamental				Dívida Pública				Ajustamento Défice-Dívida			
	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009
União Europeia	-1,4	-0,8	-2,3	-6,8	61,4	58,8	61,6	73,6	0,28	0,51	3,3	1,06
Área do euro	-1,3	-0,6	-2,0	-6,3	68,3	66,0	69,4	78,7	0,22	0,46	3,25	0,81
Bélgica	0,3	-0,2	-1,2	-6,0	88,1	84,2	89,8	96,7	0,68	0,31	6,77	-0,92
Alemanha	-1,6	0,2	0,0	-3,3	67,6	65,0	66,0	73,2	0,41	0,50	2,74	1,52
Irlanda	3,0	0,1	-7,3	-14,3	24,9	25,0	43,9	64,0	2,76	1,90	10,59	0,89
Grécia	-3,6	-5,1	-7,7	-13,6	97,8	95,7	99,2	115,1	1,33	-0,21	0,93	1,61
Espanha	2,0	1,9	-4,1	-11,2	39,6	36,2	39,7	53,2	1,86	1,07	0,67	0,93
França	-2,3	-2,7	-3,3	-7,5	63,7	63,8	67,5	77,6	-2,02	0,40	2,13	1,51
Itália	-3,3	-1,5	-2,7	-5,3	106,5	103,5	106,1	115,8	1,34	-0,36	1,35	1,09
Chipre	-1,2	3,4	0,9	-6,1	64,6	58,3	48,4	56,2	-0,98	2,95	-4,39	0,90
Luxemburgo	1,4	3,6	2,9	-0,7	6,5	6,7	13,7	14,5	2,50	4,37	10,20	-0,52
Malta	-2,6	-2,2	-4,5	-3,8	63,7	61,9	63,7	69,1	-4,55	0,15	-0,13	1,80
Países Baixos	0,5	0,2	0,7	-5,3	47,4	45,5	58,2	60,9	-1,34	0,66	15,49	-5,24
Áustria	-1,5	-0,4	-0,4	-3,4	62,2	59,5	62,6	66,5	-0,06	0,17	5,07	-0,70
<b>Portugal</b>	<b>-3,9</b>	<b>-2,6</b>	<b>-2,8</b>	<b>-9,4</b>	<b>64,7</b>	<b>63,6</b>	<b>66,3</b>	<b>76,8</b>	<b>-0,23</b>	<b>-0,64</b>	<b>1,18</b>	<b>0,07</b>
Eslovénia	-1,3	0,0	-1,7	-5,5	26,7	23,4	22,6	35,9	0,42	-0,57	-0,88	6,35
Finlândia	4,0	5,2	4,2	-2,2	39,7	35,2	34,2	44,0	4,04	3,81	4,09	4,98
Eslováquia	-3,5	-1,9	-2,3	-6,8	30,5	29,3	27,7	35,7	-3,60	0,23	-1,47	-0,50
Bulgária	3,0	0,1	1,8	-3,9	22,7	18,2	14,1	14,8	0,36	-1,53	0,49	-3,27
República Checa	-2,6	-0,7	-2,7	-5,9	29,4	29,0	30,0	35,4	-0,68	1,46	-0,52	-1,04
Dinamarca	5,2	4,8	3,4	-2,7	32,1	27,4	34,2	41,6	1,48	1,20	10,94	3,03
Estónia	2,5	2,6	-2,7	-1,7	4,5	3,8	4,6	7,2	3,10	2,63	-1,82	0,09
Letónia	-0,5	-0,3	-4,1	-9,0	10,7	9,0	19,5	36,1	0,14	0,64	7,25	3,12
Lituânia	-0,4	-1,0	-3,3	-8,9	18,0	16,9	15,6	29,3	1,56	0,77	-2,67	1,64
Hungria	-9,3	-5,0	-3,8	-4,0	65,6	65,9	72,9	78,3	-0,85	-0,50	6,02	0,07
Polónia	-3,6	-1,9	-3,7	-7,1	47,7	45,0	47,2	51,0	0,43	0,10	1,93	-0,91
Roménia	-2,2	-2,5	-5,4	-8,3	12,4	12,6	13,3	23,7	-3,05	-0,18	-2,27	1,47
Suécia	2,5	3,8	2,5	-0,5	45,7	40,8	38,3	42,3	0,36	1,28	1,17	2,27
Reino Unido <sup>(a)</sup>	-2,7	-2,8	-4,9	-11,5	43,5	44,7	52,0	68,1	0,62	0,63	3,98	2,61

Fonte: Eurostat, Euro-indicators, 22 de Abril de 2010.

Nota: <sup>(a)</sup> Os valores para o Reino Unido referem-se ao ano fiscal (1 de Abril do ano X a 31 de Março do ano X+1).

Também na dívida pública se notam os efeitos da deterioração da situação orçamental, quer devido ao aumento das necessidades de financiamento e à aquisição líquida de activos financeiros (em particular nos países com maiores intervenções de estabilização do sistema financeiro), quer ao menor crescimento nominal do PIB, na União Europeia. Estes efeitos reflectiram-se na dinâmica da dívida pública, aumentando o seu peso no PIB, entre 2007 e 2009, de 58,8% para 73,6% na UE e de 66% para 78,7%, na área do euro. Constata-se, igualmente, um aumento do número de Estados-membros cujos rácios da dívida foram superiores ao valor de referência (60%), sendo agora 12: Itália, Grécia, Bélgica, Hungria, França, Portugal, Alemanha, Malta, Reino Unido, Áustria, Irlanda e Países Baixos.

Relativamente ao ajustamento défice-dívida, Portugal é um dos países que apresenta menor valor de ajustamento. Mesmo em 2008, ano em que os valores foram mais elevados para a maioria dos países em reflexo das operações de intervenção no sistema financeiro, Portugal apresentou um valor de apenas 1 p.p. do PIB, contribuindo para este resultado o Programa de Regularização Extraordinário de Dívidas do Estado.